

# ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: ROTAS DE EMPODERAMENTO

STRATEGIES OF CONFRONTATION FOR WOMEN VICTIMS OF INTRAFAMILIAR VIOLENCE: ROUTES OF EMPOWERMENT

ELISANDRA PEREIRA DA SILVA<sup>1\*</sup>, CARLA FERNANDA BARBOSA MONTEIRO<sup>2</sup>

1. Graduanda em Psicologia do Centro Universitário Ingá- Uningá; 2. Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual De Maringá e docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Ingá- Uningá.

\* Rua Gersolino Ferreira de Souza, 635, Centro, Presidente Castelo Branco, Paraná, Brasil. CEP: 87180-000. [psicologiaelisandra@gmail.com](mailto:psicologiaelisandra@gmail.com)

Recebido em 28/09/2016. Aceito para publicação em 16/12/2016

## RESUMO

A violência contra a mulher advém na maioria das vezes do contexto familiar e conjugal. Narvaz e Koller (2006)<sup>1</sup> salientam que a violência conjugal é a violência contra a mulher cometida pelo parceiro na situação de uma relação amorosa e sexual, podendo acontecer nas zonas urbana ou rural. Nosso trabalho, portanto, teve por objetivo pesquisar novas rotas de empoderamento para mulheres vítimas de violência intrafamiliar, através da metodologia de revisão bibliográfica e análise crítica de conteúdo segundo Marconi e Lakatos (2012)<sup>2</sup>. Os resultados da pesquisa bibliográfica sugerem que as rotas de empoderamento mais utilizadas pelas mulheres vítimas de violência foram rodas de conversas, cursos profissionalizantes, delegacia da mulher, serviços públicos, diálogo com amigas e familiares, instituições religiosas, psicólogos e serviços sociais, entre outros. Portanto, esses resultados na busca de rotas de empoderamento nos possibilitaram diversas estratégias, mas ainda há muito que se fazer quando nos referimos ao acesso da mulher às políticas públicas. Esse encaminhamento é inibido devido ao fato de estas ainda não se encontrarem totalmente edificadas, possuindo falta de preparo da equipe técnica que no momento se encontra desprovida de conhecimentos mais aprofundados a respeito da violência intrafamiliar para atender as demandas. Percebe-se ainda a necessidade de valorizar as rotas alternativas apresentadas nos artigos analisados; tudo isso demonstra que as mulheres estão na busca para resgatar a autoestima e ter sua autonomia pessoal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência intrafamiliar, mulheres, estratégias de adaptação.

## ABSTRACT

Violence against women comes most times from the familiar and conjugal context. Narvaz and Koller (2006)<sup>1</sup> point out that conjugal violence is the violence against women committed by

the partner in the situation of a loving-sexual intercourse, having the chance to happen both in urban and rural areas. Our work, thus, had as its objective to research and find new routes of empowerment for women victims of violence within their own families, through the methodology of bibliographical revising and critical analysis of content following the directions of Marconi and Lakatos (2012)<sup>2</sup>. The results of the bibliographical research suggest that the routes of empowerment most utilized by the women victims of violence were: talking circles, professional courses, the women's police station, public services, having dialogue with friends and family, religious institutions, psychologists, social services, the list goes on. Therefore, these results on the seeking of empowerment routes enabled us to find various strategies, but there's still a lot to do when it comes to women's access to public policies. This guiding is inhibited due to the fact that these still aren't quite established because of the lack of competence showed by technical teams; at the moment, they're destitute of the deeper knowledge required to care for the demands regarding violence within the families. Still, the necessity of valuing alternative routes, as it was shown on the analyzed articles, is quite noticeable; all these things do demonstrate that women are on the run to ransom their self-esteem and to have their own personal autonomy.

**KEYWORDS:** Intrafamiliar violence, women, adaptation strategies.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de uma pesquisa bibliográfica referente ao trabalho de conclusão de curso de Psicologia. Nosso objetivo foi identificar rotas de empoderamento de mulheres vítimas de violência intrafamiliar. Isto é, conhecer quais são as alternativas que mulheres vítimas de violência intrafamiliar têm, ou usam para livrar-se de situações abusivas. Para isso o artigo seguirá os seguintes passos: apresentações de tendências das mulheres

permanecerem assujeitadas, violência intrafamiliar e suas consequências, e por último apresentaremos rotas de empoderamento utilizadas por mulheres que escolheram não viver mais nessa condição de sofrimento abusivo. A pesquisa justifica-se pela necessidade de reduzir atitudes coercitivas de mulheres que se mantêm em relacionamentos abusivos.

Faz-se necessário criar mecanismos para que as mesmas não vivam mais um relacionamento abusivo, nem coação e violação de direitos. Ademais, o relacionamento abusivo envolve comportamentos culturais, ligados a uma cultura de repetência dos papéis familiares, fortalecendo assim a invisibilidade feminina. Mediante a isso, Marques (2005)<sup>3</sup> salienta que a submissão feminina não depende do uso de violência física, mas pode ocorrer em virtude de violência psicológica ou agressão emocional. Por fim, é importante adquirir uma compreensão do que está acontecendo acerca da realidade sobre relacionamento abusivo. Sendo analisada a relevância da saúde psíquica no cotidiano dessas mulheres, isto constituirá uma contribuição para que os profissionais da área vejam essa realidade como uma oportunidade de orientar o gênero feminino para o empoderamento. Simultaneamente, é importante oferecer novas possibilidades de desenvolvimento, habilidades técnicas, comportamentais e cognitivas, para que mulheres vítimas do relacionamento abusivo possam se relacionar de maneira saudável e tornar-se cada vez mais autônomas.

## 2. MATERIAL E MÉTODOS

A obtenção dos materiais empregados para a realização da pesquisa deu-se através de levantamentos bibliográficos entre as datas de 2004 e 2016, no Scielo, google acadêmico, livros e dissertações, dando destaque nas palavras chaves como *violência intrafamiliar*, *mulheres e estratégias de adaptação*. Segundo Marconi e Lakatos (2012)<sup>2</sup>, a pesquisa bibliográfica e as fontes auxiliares, no Scielo, envolvem toda a bibliografia, uma vez que esta se torna pública quando referente ao assunto selecionado, incluindo publicações isoladas como informativos, gazetas, revistas, volumes, estudos, dissertações, teses, gravações e artigos do Scielo.

Deste modo, foi possível observar durante as pesquisas que assuntos abordados como rotas de empoderamento e estratégias de adaptação para mulheres que passaram por situações de violência são escassos, levando em conta que a violência contra mulheres é tema mundial. Assim, foi necessário sair à busca de estudos para que pudéssemos compreender os motivos que levam mulheres a permanecer em relacionamentos abusivos e, então, fomentar rotas de empoderamento para as mesmas saírem dessa situação na qual denigrem suas imagens.

## 3. DESENVOLVIMENTO

### Reflexão epistemológica

#### Tendências das mulheres a permanecerem assujeitadas

O roteiro é recorrente; sempre que uma mulher é espancada, mutilada ou morta por um parceiro, ainda mais quando já aconteceu alguma agressão, são muitas vezes questionadas as atitudes que não foram tomadas pela vítima. Surgem perguntas, como: “por que não se separou” ou “por que não denunciou”? Porém, no momento de tomar uma atitude, muitos fatores estão presentes: fator psicológico, suporte da família e da sociedade e a falta de recursos financeiros. Por isso é comum nos depararmos com mulheres que apanham de seus parceiros com frequência, mas que não se sentem capazes de sair daquele relacionamento e nem conseguem enxergar uma vida possível a partir da separação, por mais que terceiros apontem as alternativas.

Além disto, numa cultura que desvaloriza o conhecimento sobre a mente e os sentimentos humanos, é muito mais comum que critiquem as vítimas que possuem a autoestima destruída do que tentarem compreender as consequências terríveis dos abusos. Para Cortez e Souza (2008)<sup>4</sup>, a violência contra a mulher acontece, ainda, porque a problematização quanto à ideologia de gênero e suas desigualdades recorrentes é pouca, e isso acaba por garantir a obediência das vítimas potenciais da ordem patriarcal. Ainda assim, há casais que sustentam os relacionamentos violentos, pois procuram cultivar as expectativas relacionadas à composição e conservação do lar e aos papéis que compreendem que necessitam ser exercidos pela mulher, como os de genitora e esposa, e pelo homem, como os de genitor e marido. Visto que as mulheres apoiam a família com atitudes sociais clássicas, elas acabam por manter os problemas familiares dentro da própria casa.

De acordo com Gonçalves e Brandão (2004)<sup>5</sup>, a violência doméstica contra a mulher não é algo atual, sendo um fato remoto no tempo e evidente nas sociedades, desde as mais desenvolvidas até as mais vulneráveis do ponto de vista econômico.

Narvaz e Koller (2006)<sup>1</sup> afirmam também que a violência contra as mulheres tornou-se objeto de preocupação para toda sociedade, com a mesma vindo a revelar-se de inúmeras maneiras. A Organização Mundial de Saúde dita determinadas maneiras de violência; a violência doméstica, a violência intrafamiliar e a violência física, visto que a violência doméstica é concebida como todo o tipo de violência que contém elementos do grupo sem papel parental, que convivem poucas vezes no mesmo ambiente. A violência intrafamiliar diz respeito a toda ação que danifique o bem-estar, a integridade física, psicológica e o completo desenvolvimento de outra pes-

soa da família. Porém a violência física acontece quando a pessoa se encontra em posição de domínio em relação à outra, causando danos não acidental através de força física ou outro tipo de arma que causa danos ou não, internos ou externos.

Segundo Gonçalves e Brandão (2004)<sup>5</sup>, há uma inclinação, sobretudo em nossa sociedade, a tratar da violência doméstica como um fato sem importância e limitado no campo das relações interpessoais. Além disso, é de extrema relevância ressaltar que a violência doméstica contra mulher é um fenômeno social crítico, acarretando consequências físicas e psicológicas, tanto para as vítimas quanto para as crianças que a vivenciam.

Para os mesmos autores, a violência doméstica acaba virando uma rotina, passando-se muito tempo até o momento em que a mulher denuncie. No Brasil, na década de 70, muito foi divulgado sobre o fenômeno e, com os movimentos feministas, foi possível denunciar as brutalidades nos lares de muitas mulheres.

Dessa maneira, Narvaz e Koller (2006)<sup>1</sup> compreendem que a vergonha da violência sofrida é uma das causas, a qual inibe a procura de um suporte no que diz respeito ao apoio da família e da sociedade. De fato, a atitude de assujeitamento foi descoberta em mulheres laboriosas pobres, visto que a dependência financeira dos parceiros é uma das causas para a permanência das mulheres em relações abusivas. Nas pesquisas, é mostrado que há um modelo de transferência das experiências de violência com o passar dos anos, como o exemplo de mulheres vítimas de violência conjugal que vivenciaram suas mães sendo vítimas enquanto criança. Uma vez que os papéis repetidos de gênero ligados pela cultura por meio da família se tornam invisíveis, tanto a produção e a reprodução da submissão feminina acabam sendo um lugar fecundo para casos de abusos.

Ademais, a apreciação das relações de gênero, agregada a outros campos de informações, trouxe contribuições para o entendimento da violência doméstica. Ainda assim, ao lugar empregado pela mulher certificam-se determinadas possibilidades, porém com limites de atuação contra seus agressores diretos<sup>5</sup>.

Conforme Gonçalves e Brandão (2004)<sup>5</sup>, a sociedade brasileira atribui ao homem um lugar de vantagens, seja ele marido/companheiro ou pai. Deste modo, os papéis em nossa sociedade, definida pelas classes de inclusão, de gênero e etnia, representam uma inserção submissa da mulher.

Narvaz e Koller (2006)<sup>1</sup> salientam que a violência conjugal é a violência contra a mulher cometida pelo parceiro na situação de uma relação amorosa e sexual, mesmo se a relação é estável ou não, podendo acontecer no campo urbano ou rural. Entretanto, a violência conjugal compreende diferentes maneiras de violência, podendo ser física, sexual ou violência emocional/psicológica. Além disso, na relação conjugal as

agressões partem principalmente do gênero masculino, tendo como principais vítimas as mulheres, pois a violência contra elas atinge uma em cada quatro mulheres no mundo todo.

Segundo Gonçalves e Brandão (2004)<sup>5</sup>, nas mulheres recaem enormes responsabilidades, sendo elas as de dona de casa, laboriosa, amante, esposa e mãe, e ainda determina-se para todas as funções cuidado, dedicação e competência. Todavia, a inserção social da mulher se dá de uma maneira submissa na família, não podendo desviar-se desse padrão. Ainda que a mãe represente a rainha do lar, ela tem barreiras: o poder praticado pelo homem, marido ou pai.

No que diz respeito ao conceito de gênero, não se especifica desigualdades entre homens e mulheres. A desigualdade é posta pela cultura, pelo poder e pelos administradores envolvidos nas relações sociais. Entretanto, os homens, no processo de socialização para assumir sua condição masculina na sociedade atual, aguentam os prejuízos, uma vez que a eles é atribuído um padrão diferente do que devem ser socialmente<sup>5</sup>.

Ainda conforme Narvaz e Koller (2006)<sup>1</sup>, a violência contra as mulheres acaba por tornar-se banalizada, reduzida, negada e naturalizada pela cultura sexista. Há pesquisas que frisaram que as mulheres colaboram na violência conjugal, sendo entendidas como culpadas pela violência que sofrem e também são apontadas como apáticas por continuarem vivendo nessas situações.

Gonçalves e Brandão (2004)<sup>5</sup> afirmam que há muitas ocorrências em que as mulheres vítimas de violência doméstica contam que vivem anos em relações violentas, sendo por ex-companheiros, ou na própria família. No que diz respeito à infância, ela é um período no qual as mulheres precisam ter cuidado com estranhos, porém esta não tem sido a grande dificuldade encarada pelas mulheres, crianças e adolescentes, quando analisamos a violência doméstica.

Embora a suspeita na sociedade recaia sempre sobre os desconhecidos, temos que os agressores são na maioria das vezes parentes e cônjuges, que se aproveitam do vínculo com as vítimas para praticarem a violência. No entanto, o problema vai além: um abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica, situado no Município de Porto Alegre, identificou no registro que a violência é um comportamento habitual, frequente e rotineiro na vida do casal<sup>5</sup>.

Um estudo realizado no Brasil, no que tange à violência doméstica, diz que 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas a violência, sendo que a maior parte dela ocorre dentro da própria residência, agindo como agressor o cônjuge e companheiro. E muitas dessas violências decorrem em danos corporais como murros, bofetadas, chutes, queimaduras, surras e estrangulamentos<sup>1</sup>.

Narvaz e Koller (2006)<sup>1</sup> alegam que, para compreender o motivo da mulher permanecer com o agressor, é

necessário tornar visível a realidade camuflada que abusa diariamente da mesma e que a faz permanecer assujeitada. Por outro lado, em casos de abuso crônico as mulheres vítimas exibem uma mudança na consciência, agindo de maneira passiva aos rituais e as manipulações daquele que pratica a violência. Além disso, essa passividade que as vítimas apresentam ao serem violadas é interpretada como consentimento, surgindo daí medo e receio da morte diante do agressor.

Por outro lado, para Narvaz e Koller (2006)<sup>1</sup>, as mulheres não podem ser culpadas por sofrerem violência, pois não sentem prazer com a agressão e nem sempre ficam caladas frente aos abusos que sofrem, uma vez que não existem motivos para comportamentos abusivos numa relação matrimonial.

Ainda segundo Narvaz e Koller (2006)<sup>1</sup>, mulheres vítimas de violência na maioria das vezes permanecem solitárias, longe dos parentes e da sociedade, ajudando o agressor a ter o domínio sobre a vítima. Desse modo, para que seja rompido o ciclo de violência, é fundamental que haja redes de apoio às mulheres vítimas de violência.

Embora atualmente existam recursos que defendam a integridade física da mulher e outros programas que apoiam mulheres que vivem em situação de risco dentro do relacionamento conjugal, bem como: a Lei Maria da Penha, Lei 11.340/2006<sup>6</sup> de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher e o MADA<sup>7</sup>: um programa de recuperação para mulheres que têm como objetivo primordial se recuperar da dependência de relacionamentos destrutivos, aprendendo a se relacionar de forma saudável consigo mesma e com os outros, existe frequentemente um questionamento a respeito da permanência dessas mulheres no relacionamento abusivo.

Em vista deste questionamento, foi realizada uma investigação com uma mulher, sendo ela genitora de vítimas de incesto<sup>1</sup> e sofredora de várias formas de violência familiar, matrimonial e doméstica. Desde sua infância ela se deparou com inúmeros fatores que colaboraram para a atitude de calar-se e ser assujeitada, como: experiências de abuso na família de origem, re-vivência da violência sexual suportada na infância e a ausência de exemplos de famílias protetivas, o ataque das táticas de culpabilização das vítimas (como ser também culpada por seduzir o que pratica a violência), a vontade de possuir uma família e de cultivar a família unida, a dependência financeira e emocional, o receio pelo parceiro que era violento e fazia o uso de bebidas alcoólicas e a carência de ajuda familiar e social<sup>1</sup>.

Desta forma, ainda para Narvaz e Koller (2006)<sup>1</sup>, no que diz respeito ao anseio de possuir uma família e mantê-la unida, estes são alguns dos motivos que leva-

ram a participante a permanecer no relacionamento abusivo. Sendo assim, os fatores levantados na pesquisa assinalam para assuntos de averiguações e ajudas às pessoas em casos de vulnerabilidade pessoal e social, mostrando-se de forma clara, assim, os fatores envolvidos na violência contra mulheres, que estão ligados às questões de poder, classe social, gênero, consumo excessivo de álcool e às gerações.

Cortez e Souza (2008)<sup>4</sup> mencionam que o gênero é um elemento ligado às práticas sociais, e, na nossa comunidade, sugere a hierarquização entre os sexos. Porém, de um lado, o poder é apresentado pelo homem, sendo ele forte, racional e ativo, e, por outro lado, a mulher é apresentada como sentimental, emotiva e passiva. No entanto, essa divisão vem sofrendo mudanças com os progressos das conquistas do gênero feminino referentes à inclusão da mulher em lugares considerados predominantemente masculinos.

Dessa forma, fica evidente a partir do exposto a dificuldade das questões envolvidas na dinâmica da violência contra mulheres. Ademais, segundo Truninger *apud* Marques (2005)<sup>3</sup>, algumas das razões que levam as mulheres a permanecer no relacionamento abusivo são: 1-autoconceito nulo, 2-crença na mudança do comportamento do seu cônjuge, 3- dificuldades financeiras, 4-filhos que precisam de suporte econômico do pai, 5-dúvidas sobre prosseguir sozinhas e 6- crença em que o divórcio é condenado e pode refletir dificuldades para mulheres e filhos na vida profissional. Além disso tudo, vale ressaltar que o fenômeno da violência conjugal é complexo e exige uma visão ampla de aspectos na busca de sua compreensão e tratamento.

### **Violência intrafamiliar: suas consequências**

Para o Ministério da Saúde (2016)<sup>8</sup>, a violência contra mulheres pode ser caracterizada como uma prática ou comportamento que ocasione prejuízos e danos físicos, psicológicos e sexuais nas parceiras; tendo em vista, aliás, que toda prática sexual não consentida pode ser considerada como violência sexual, pois a violência intrafamiliar acontece por meio dos cônjuges e familiares.

Para Santos e Moré (2011)<sup>9</sup>, a violência física causada pelo próprio parceiro ou até mesmo por uma pessoa da família é a principal configuração que a violência toma quando é exercida contra a mulher. Sabe-se que as estatísticas de violência contra mulheres são assustadoras e vêm aumentando cada vez mais devido a denúncias realizadas por meio da Lei Maria da Penha, a qual protege mulheres vítimas de violência, embora ainda não seja possível obter um número exato de agressões que ocorrem diariamente.

Segundo o Ministério da Saúde (2016)<sup>8</sup>, a agressão pode ocorrer dentro e fora da residência por algum sujeito da família, envolvendo também pessoas que não possuem laços consanguíneos, mas que adotaram um

1 - Incesto; De acordo com Segundo Narvaz e Koller (2006), relação sexual entre parentes (consanguíneos).

papel parental. A violência intrafamiliar não diz respeito exclusivamente ao ambiente físico no qual acontece, mas também nas relações que a mesma estabelece e realiza.

Ademais, segundo Silva *et al* (2012)<sup>10</sup>, a violência contra o sexo feminino tem ocorrido em vários contextos, mas é no ambiente familiar que o incidente mais ocorre, tendo como principal suspeito o companheiro, uma vez que a violência causada por ele é avaliada como violência de gênero, pois está implantada em relações diferentes de poder entre homens e mulheres.

A violência intrafamiliar abrange mulheres de diversas classes sociais, origens, regiões, estados civis, raças, entre outros, no qual certas agressões se iniciam desde a infância e permanecem até a velhice.

De acordo com o Ministério da Saúde (2016)<sup>8</sup> a violência física pode ser caracterizada por um comportamento que injurie a integridade física ou saúde corporal, incluindo atos violentos, com o objetivo de ofender, prejudicar, até mesmo causando dores e sofrimento, com marcas ou não. A violência psicológica está relacionada ao prejuízo emocional, uma redução na autoestima, prejudicando o desenvolvimento da mulher, controlando comportamentos, crenças e decisões devido a chantagens, humilhações, perseguições, ameaças, entre outros. Contudo, a violência sexual diz respeito ao comportamento que a coaja a assistir, ou participar de relação sexual não almejada, por meio de ameaças ou uso da força.

Assim, conforme Silva *et al* (2012)<sup>10</sup>, a violência não é apenas uma questão social e sim um problema de saúde, pois causa um sério conflito na qualidade de vida tanto pessoal como geral. Isto no que se refere às lesões físicas, psíquicas e morais provocadas e devido a atenção e cuidados que demanda dos serviços hospitalares.

### Estratégias de enfrentamento

No que tange às pesquisas bibliográficas foi-nos possibilitado um conhecimento mais abrangente a respeito da violência intrafamiliar contra mulheres, visto que existem diversos tipos de violação à integridade e à dignidade humana das mulheres. Porém, de acordo com Costa (2012)<sup>11</sup> o conceito de empoderamento passou a existir devido aos movimentos de direitos civis nos Estados Unidos na década de setenta, por meio da população negra, sendo uma maneira de valorização do gênero e aquisição de uma cidadania íntegra.

Percebe-se que o roteiro é recorrente de mulheres vítima de violência intrafamiliar, por isso é comum nos depararmos com mulheres que são agredidas fisicamente, psicologicamente e emocionalmente por seus companheiros. No entanto, muitas mulheres não se sentem capazes de sair desse relacionamento abusivo e autodestrutivo, embora outras pessoas apontassem alternativas para que as mesmas saiam desse tipo de relacionamento.

Contudo, Costa (2012)<sup>11</sup> sintetiza que a expressão passou a ser utilizada pelo movimento de mulheres nos

anos setenta, visto que para as feministas o empoderamento abarca a alteração radical das metodologias e estruturas que reduzem a posição de mulheres submissas. O empoderamento das mulheres se dá por meio de modificações e tomadas de decisões tanto individuais como coletivas, conduzindo para uma nova compreensão de capacidade no qual assume maneiras democráticas, construções de novas técnicas coletivas e responsabilidades compartilhadas.

Empoderamento é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir<sup>11</sup>.

Ademais, segundo Sardenberg (2009)<sup>12</sup>, o empoderamento é considerado como um método de aquisição da autoestima, autodeterminação, no qual mulheres são emancipadas das amarras da exploração de gênero. Diante disso, é possível perceber que para as mulheres saírem das situações de violência as mesmas precisam ter autonomia e se fortalecer para enfrentar a sociedade e fazer críticas, apresentando assim mudanças em sua vida.

Porém, Batliwala (1994 *apud* Sardenberg 2009)<sup>12</sup> salienta que para discutir uma situação na qual a mulher seja submissa, a mesma necessita distinguir a existência dos valores, de modo a compreender a legitimação do predomínio masculino e entender como isso se vincula ao abuso. O método de empoderamento deve ser estimulado por diversos fatores ou até mesmo por forças provocadas externamente, pois as mulheres devem induzir ou ser induzidas a levar ou seus direitos à equidade, dignidade e justiça. Neste caso entendemos que gerar bate-papos a respeito de mulheres vítimas de violência intrafamiliar auxilia no processo de mulheres que foram expostas em situação de violência na busca de autonomia, assim podendo transformar essa situação na qual se encontram.

Logo, conforme Herriger (2006, *apud* KLEBA 2009)<sup>13</sup> há dois significados diferentes para o empoderamento, no qual o primeiro deles diz respeito ao método de mobilização e práticas que têm como intuito desenvolver e estimular grupos e sociedades no avanço das suas situações de vida, uma vez que seja ampliada sua autonomia. Já o segundo método remete à promoção para incluir os que estão excluídos e carentes de bens elementares à sobrevivência, como serviços públicos, entre outros. Somando-se a este tópico, há a salientação de Crepop (2013)<sup>14</sup> de que a Norma Técnica para Prevenção e Tratamentos dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes, do Ministério da Saúde do ano 1999, debate a respeito da norma nacional de políticas públicas para acolhimento, incentivando a criação de serviços de atendimento às

mulheres nos Sistema Único de Saúde (SUS).

Contudo, para Kleba (2009)<sup>13</sup> é fundamental identificar que as formas de empoderamento individual não são conseguidas de maneira autônoma, antes elas resultam num método de integração na comunidade, no qual as diversas formas de envolvimento são áreas de aprendizagens e averiguação juntamente às pessoas do grupo, podendo assim colaborar para o fortalecimento dos sentimentos, bem como da identidade e do pertencimento, além da transformação. Ademais, devido às consequências em relação à violência contra mulheres, as mesmas têm adotado estratégias e comportamentos que auxiliam a lidar com as agressões que causaram sofrimentos. Neste caso, podemos observar que o atendimento a mulheres vítimas de violência presume uma busca de fortalecimento de vínculos tanto nas redes de apoio ligadas às políticas públicas como nos grupos de apoio, provocando e tornando possíveis as estratégias de enfrentamentos à violência para que seja possível assegurar integridade, equidade e igualdade às mesmas.

Antoniazzi e Cols (1998)<sup>15</sup> enfatizam que certas mulheres elaboraram estratégias de enfrentamentos para as situações difíceis e encontraram resultados positivos; estratégias essas tais como conversar com outras pessoas, sendo elas colegas de trabalho, vizinhos, amigos, familiares e também profissionais da área de psicologia ou serviço social e religioso. De modo similar, os comportamentos adotados por mulheres na busca por amenizar o estresse e a angústia causados pelas agressões auxiliaram para que as mesmas pudessem se deparar com recursos para enfrentarem seus problemas. Com relação a este ponto, Crepop (2013)<sup>14</sup> sintetiza que é fundamental investir nos profissionais para que possam se qualificar e sensibilizar-se cada vez mais para com atendimentos que estejam envolvidos na rede de apoio, para que as mulheres sejam acolhidas e auxiliadas de maneira humanizada e tenham seus direitos assegurados por todos.

Ainda neste ponto, Crepop (2013)<sup>14</sup> menciona que cabe ao psicólogo promover reflexões com as mulheres em situação de violência a respeito da importância do trabalho em grupo e das políticas públicas para assegurar seus direitos, sendo esta uma das principais estratégias no combate à violência, tendo em vista o exemplo da Lei Maria de Penha. Para Santos e Moré (2011)<sup>9</sup>, as mulheres manifestaram condições com as quais contaram para lidar com as situações de violência; os exemplos foram corriqueiros: solucionar assuntos rotineiros como pagar dívidas, programar os custos e sair da residência sem auxílio do cônjuge. Ainda no que tange às estratégias de enfrentamento, a busca por um emprego também foi uma estratégia utilizada por mulheres para melhorar a relação com seu cônjuge, embora essa busca por um emprego resultasse em uma agressão física por parte do seu companheiro, o que fez a mesma buscar assistência na polícia. Assim sendo, é possível perceber que os

atendimentos e acolhimentos nos serviços de apoio auxiliaram mulheres vítimas de violência a saírem das situações de sofrimento; situações estas que as levaram a buscar apoio, escutas qualificadas e autonomia, criando assim suas próprias rotas de empoderamento e sendo protagonista das suas histórias.

Serão abordadas agora as estratégias utilizadas por mulheres como rotas de empoderamento para enfrentar a violência advinda do companheiro. Segundo Silva *et al* (2012)<sup>10</sup>, dentre elas estão a procura por serviços públicos, delegacia, hospitais, centros de saúde e a delegacia da mulher. Além disso, há também a busca por dialogar com alguma pessoa, podendo pertencer a um grupo de amigos/amigas, familiares, parentes do parceiro; também a procura por instituições religiosas, serviços jurídicos, psicólogo e serviços sociais acrescentaram vários métodos de estratégias para o enfrentamento da violência à mulher. Diante disto, nota-se que o trabalho em grupo é um excelente estimulador na produção das relações grupais; assim o mesmo desenvolve o sentimento de pertencimento e cidadania, uma vez que as trocas de vivências, culturas e experiências auxiliam no progresso individual, no avanço da autonomia e na vitória sobre a situação da violência.

Landerdahl *et al* (2013)<sup>16</sup> salienta que os conhecimentos alcançados nas oficinas de saúde e cidadania, bem como as aulas teóricas e práticas proporcionaram às mulheres um olhar diferenciado a respeito de si mesmas; pôde ser constatado através das falas e comportamentos o que as mulheres anseiam para si. Desse modo, entendemos que os grupos e oficinas auxiliam as mulheres a entender os motivos que as levaram a suportar tais situações de violência, violação dos direitos e vulnerabilidade, a partir das condições com que se depararam na ocasião, considerando as estratégias e oportunidades, seja mercado de trabalho, oficinas de artesanato, grupos operativos, redes de apoio com temáticas, aulas de danças, grupo de Proteção de Atendimento Integral as Famílias (PAIF), entre outros.

Crepop (2013)<sup>14</sup> propõe que as atividades para a precaução da violência com a sociedade em geral podem ser concebidas como a Lei Maria da Penha, conversas, oficinas, feiras, congressos, eventos, informações, debates de casos, trabalho com assuntos específicos sobre violência, aborto, profissão, rendas, entre outros. Já que a violência é um problema público e não apenas individual, as estratégias de empoderamento podem e devem ser fundadas coletivamente, e assim ganham mais forças. Contudo as atividades podem vir também de outros órgãos competentes que trabalham no apoio ao combate à violência e na qualificação dos profissionais que prestam serviços públicos, bem como gestores, coordenadores, estagiários que estejam supervisionando, conselhos municipais, entre outros órgãos.

Em tal caso é possível compreender que mulheres

que participaram e participam de cursos de qualificações profissionais tornam-se capacitadas para enfrentar o mercado de trabalho, visto que puderam se inserir no mercado, sendo valorizadas pelos seus esforços, mudando seus pensamentos antigos em novos como “eu vi que posso o que quero e vou conseguir”, tornando-as mais confiantes e empoderadas. Na sociedade em que nos encontramos é muito mais comum que se critique do que se tente entender os motivos e razões pelas quais as mulheres permanecem no relacionamento, tendo sua autoestima destruída, apontadas como culpadas, ameaçadas e incapazes de tomar decisões. Nesta situação entendemos que discussão e conversas com psicólogos, bem como apoio de serviços públicos são extremamente importantes na vida das mulheres em situação de violência intrafamiliar, visto que as mesmas criam nesses fatores forças para sair da situação, se fortalecem quando se sentem apoiadas e encontram estratégias de enfrentamento; e tudo isso estimulando as mulheres na construção e reconstrução de suas histórias.

O empoderamento pode ser reconhecido como um método tanto individual como coletivo, o qual proporciona às mulheres escolhas que exercem influência nas duas esferas. Portanto, é possível notar a expansão da capacidade crítico-reflexiva que empregam para observar a realidade em que habitam, laboram e se relacionam. Desse modo, este é o comportamento que impulsionam na busca por seus desejos, como donas de suas vidas<sup>16</sup>. Diante do trabalho elaborado, temos como objetivo estar fortalecendo as relações familiares e comunitárias, promover a inclusão e troca de experiências entre as mulheres, estimar a importância da vida coletiva e trabalhar na prevenção e na conservação dos direitos, desenvolvendo assim suas capacidades e autonomia e trabalhando no resgate da autoestima.

Assim, Landerdahl *et al* (2013)<sup>16</sup> conclui que:

O empoderamento feminino, na visão de feministas, compreende a alteração radical dos processos e estruturas que reduzem a posição de subordinação das mulheres. As mulheres tornam-se empoderadas por meio de tomadas de decisões coletivas e de mudanças individuais. O empoderamento “não pode ser fornecido nem tampouco realizado para pessoas ou grupos, mas se realiza em processos em que esses se empoderam a si mesmos”. Por meio desse processo é possível que as pessoas renunciem a situações de tutela, impotência e dependência assumindo assim a direção de sua própria vida.

## 5. CONCLUSÃO

Diante de tudo o que foi exposto compreende-se que além da realidade de mulheres assujeitadas e vítimas de inúmeras violências, há também aquelas que por viverem situações semelhantes criaram estratégias de enfrentamento para saírem do cenário de violência. Fize-

ram isso buscando mecanismos de defesas, tomando suas próprias decisões e desenvolvendo autonomia, procurando empoderar-se na luta por seus direitos no mercado de trabalho, ingressando em cursos profissionalizantes e também com a procura por escuta qualificada.

Somando-se a isto, embora as políticas públicas não sejam excelentes para abordar assuntos pertinentes à violência, as mesmas são de extrema relevância para o acolhimento das mulheres em situações de violência, estando o psicólogo preparado e habilitado em sua formação para compreender o tema da violência de forma geral, mas também para ter uma escuta qualificada para atender mulheres vítimas de violência intrafamiliar, contribuindo para o empoderamento das mesmas.

Por fim, neste estudo efetuado foram abordadas algumas rotas de empoderamento e estratégias de enfrentamento de mulheres que passaram por situações de violência intrafamiliar. Todavia, cabe ainda se aprofundar mais no assunto, não apenas para tentar entender o porquê das mesmas permanecerem nos relacionamentos abusivos, mas para que também externos não julguem e nem apontem o dedo, pois as causas delas permanecerem são inúmeras, ainda mais quando sua autoestima foi bombardeada com negatividade.

## REFERÊNCIAS

- [1] Narvaz MG, Koller SH. Psicologia. Mulheres Vítimas de Violência Doméstica: Compreendendo Subjetividades Assujeitadas. Porto Alegre: PUCRS; 2006.
- [2] Marconi MA, Lakatos EM. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7º ed.- 6. reimpr. São Paulo: Atlas; 2012.
- [3] Marques, T. M. Violência Conjugal: estudo sobre a permanência da mulher em relacionamentos abusivos. Uberlândia 2005 [Acesso 05 de setembro de 2016] Disponível em: <http://www.pgpsi.ip.ufu.br/sites/pgpsi.ip.ufu.br/files/Ancxos/Bookpage/DissertacaoTaniaMendoncaMarques.pdf>
- [4] Cortez MB, Souza L. Mulheres (In)Subordinadas: O Empoderamento Feminino e suas Repercussões nas Ocorrências de Violência Conjugal. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Brasília, 2008, Vol. 24 n. 2, pp. 171-180 [Acesso 04 setembro 2015] Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v24n2/05.pdf>.
- [5] Gonçalves HS, Brandão EP. Psicologia Jurídica no Brasil. Ensino da psicologia. Rio de Janeiro: Nau Ed, 2004.
- [6] De Souza, VP. Violência doméstica e familiar contra a mulher – lei “Maria da penha” – alguns comentários. Home - Questões de Gênero - Violência Contra Mulher. [Acesso 04 setembro 2016] Disponível em: <http://www.geledes.org.br/violencia-domestica-e-familiar-contra-mulher-lei-maria-da-penha-uma-analise-juridica/>.
- [7] Mulheres que Amam Demais Anônimas (MADA). Informações sobre o grupo MADA. [Acesso 04 setembro 2015] Disponível em: <http://grupomada.blogspot.com.br/>.

- [8] Brasil, (2016). Ministério da Saúde - Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa. Protocolos da Atenção Básica- Saúde das Mulheres. [Acesso 20 junho 2016] Disponível em:  
[http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/pr\\_otocolo\\_saude\\_mulher.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/pr_otocolo_saude_mulher.pdf)
- [9] Santos ACW e Moré CLOO. Repercussão da violência e suas formas de enfrentamento. Paidéia. Maio-ago. 2011, Vol. 21, No. 49, 227-235. [Acesso 13 agosto 2016]. Disponível em:  
<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v21n49/10.pdf>.
- [10] Silva RA, Araújo TVB, Valongueiro S, Ludermir AB. Enfrentamento da violência infligida pelo parceiro íntimo por mulheres em área urbana da região Nordeste do Brasil. Rev Saúde Pública 2012; 46(6): 1014-22. [Acesso 16 julho 2016]. Disponível em:  
<http://www.readcube.com/articles/10.1590/S0034-89102013005000007>.
- [11] Costa AA. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. [Texto Original]. Pacto Global CREA Pr; 2012. [Acesso 06 agosto 2016]. Disponível em:  
<https://pactoglobaleap.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf>.
- [12] Sardenberg CMB. Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista. NEIM/UFBA; Salvador- Bahia. 2009. [Transcrição Revisada de Comunicação Oral]. [Acesso 20 junho 2016]. Disponível em:  
<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceitudo%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>
- [13] Kleba ME, Wendausen A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. Saúde Soc. São Paulo, 2009; 18(4):733-743. [Acesso 19 julho 2016] Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18n4/16.pdf>
- [14] Brasil (2013). Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em Programas de Atenção às Mulheres em situação de violência. Conselho Federal de Psicologia, Documento de Referência para Atuação de Psicólogas(os) em Situação de Violência. [Acesso 03 setembro de 2016] Disponível em:  
<http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/artes-graficas/arquivos/2013-CREPOP-Violencia-Mulher.pdf>
- [15] Antoniazzi AS, Dell’ Aglio DD e Bandeira DR. O conceito de Coping: Uma Revisão Teórica. UFRS, Estudos de Psicologia. 1998; 3(2):273-294. [Acesso 13 agosto 2016] Disponível em:  
<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v3n2/a06v03n2>.
- [16] Landerdahl MC, Vieira LB, Cortes LF, Padoim SMM. Processo de empoderamento feminino mediado pela qualificação para o trabalho na construção civil. Esc. Anna Nery (impr.) 2013; 17 (2):306-312. [Acesso 20 julho 2016] Disponível em:  
<http://www.scielo.br/pdf/ean/v17n2/v17n2a15.pdf>.